

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA**

## **Avaliação de Desempenho Docente**



**DOCUMENTO ORIENTADOR**

## 1. Nota Introdutória

O presente documento tem como objetivo servir de referencial para a Avaliação de Desempenho dos Docentes integrados na carreira e dos Docentes em regime de contrato a termo em conformidade com as orientações do Ministério da Educação e nomeadamente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 26/2012 e no Decreto-Lei n.º 41/2012, ambos de 21 de fevereiro.

Para além do cumprimento das orientações legais sobre esta matéria, os documentos construídos adequam-se aos princípios e valores consagrados no Projeto Educativo do Agrupamento.

Pretende-se que o dispositivo de Avaliação de Desempenho Docente, designado ADD, se adequa ao contexto em que se desenvolve a atividade profissional, passando a funcionar como instrumento de desenvolvimento da organização educativa, potenciador da melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos, bem como da valorização e do desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes.

## 2. Enquadramento Geral

(Decreto Lei n.º 41/ 2012 de 21 de fevereiro e Decreto Regulamentar n.º26/ 2012 de 21 de fevereiro)

Âmbito	Docentes integrados na carreira; Docentes em período probatório Docentes em regime de contrato a termo.	Art.º 2º	Dec. Reg. nº26/2012	
Objetivos	Melhoria da qualidade do serviço educativo; Melhoria da aprendizagem dos alunos; Valorização e desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes; diagnóstico das necessidades de formação dos docentes.	Art.º 3º		
	a) Contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente; b) Contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente; c) Identificar as necessidades de formação do pessoal docente; d) Detetar os fatores que influenciam o rendimento profissional do pessoal docente; e) Diferenciar e premiar os melhores profissionais no âmbito do sistema de progressão da carreira docente; f) Facultar indicadores de gestão em matéria de pessoal docente; g) Promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho; h) Promover um processo de acompanhamento e supervisão da prática docente; i) Promover a responsabilização do docente quanto ao exercício da sua atividade profissional.	Art.º 40º nº3		Dec. Lei nº41/2012
Dimensões	Científica e pedagógica* – <b>60%</b> ; Participação na escola e relação com a comunidade – <b>20%</b> ; Formação contínua e desenvolvimento profissional** – <b>20%</b> .  *Havendo observação de aulas, a avaliação externa representa <b>70%</b> da percentagem prevista para a dimensão científica e pedagógica; ** No caso dos docentes em regime de contrato a termo sem formação contínua no presente ano letivo, a ponderação a aplicar é de <b>75%</b> para a dimensão científica e pedagógica e <b>25%</b> para a dimensão de participação na escola e relação com a comunidade;	Art.º 4º e 21º		
Periodicidade	<b>Docentes integrados na carreira:</b> - Que tenham tido serviço docente efetivo em pelo menos metade do período em avaliação - uma vez em cada escalão.	Processo concluído no final do ano escolar anterior ao do fim do ciclo avaliativo	Art.º 5º nº 1, 2, 4	D e
	<b>Docentes integrados na carreira:</b> - Que não tenham tido serviço docente efetivo em pelo menos metade do período em avaliação requerem ponderação curricular para efeitos de avaliação - até ao final do ciclo avaliativo.		Art.º.5º nº3, 4	
	<b>Docentes com contrato a termo:</b> - 180 dias de serviço letivo efetivamente prestado (quando for prestado serviço em mais do que uma escola, a avaliação é realizada na escola onde o contrato termine em último lugar; se os contratos tiverem o mesmo termo, o docente opta pela escola que efetua a sua avaliação).		Art.º 5º nº 5, 6, 7	
	<b>Docentes em período probatório:</b> - Ano escolar coincidente com esse período.		Art.º 5º nº 8	

<b>Elementos de Referência</b>	- Os objetivos e metas do projeto educativo. - Os parâmetros para cada uma das dimensões aprovados pelo conselho pedagógico. - Os parâmetros estabelecidos a nível nacional para a avaliação externa fixados pelo Ministério da Educação e Ciência.		Art.º 6º
<b>Natureza da Avaliação</b>	<b>Avaliação interna</b>	Efetuada pelo agrupamento em todos os escalões.	Art.º 7º
	<b>Avaliação externa</b> (centrada nas dimensões científica e pedagógica e operacionalizada através da observação de aulas por um avaliador externo)	Observação de aulas obrigatória para docentes: - no período probatório; - nos 2º e 4º escalões; - para a atribuição de <i>Excelente</i> ; - para docentes integrados na carreira que obtiveram a menção de <i>Insuficiente</i> .	Art.º 7.º e 18º

Dec.Reg. nº26/2012

### 3. Intervenientes no Processo avaliativo e suas competências

(Decreto Regulamentar nº26/2012 de 21 de fevereiro)

<b>Presidente do Conselho Geral</b>	Homologa a proposta de decisão de recurso. Notifica o diretor ou a secção de ADD para contra-alegar e nomear árbitro (10 dias úteis).	Art.º 8º,9º, 25º nº4
<b>Diretor</b>	Assegura as condições para a ADD. Avalia docentes do 8º, 9º e 10º escalão, subdiretor, adjunto, assessor, coordenador de departamento e avaliador por este designado. Aprecia e decide as reclamações nos processos de que foi avaliador.	Art.º 8º,10º,27º nº 1
<b>Conselho Pedagógico</b>	Elege quatro docentes para integrar a secção de ADD. Aprova o documento de registo e avaliação das atividades realizadas pelo avaliado. Aprova os parâmetros para cada disciplina.	Art.º 8º e 11º
<b>SADD</b> (Diretor + 4 docentes do CP)	Aplica ADD. Calendariza os procedimentos da ADD. Concebe e publicita o instrumento de registo e avaliação das atividades realizados pelo avaliado. Acompanha e avalia todo o processo. Aprova a classificação final. Aprecia e decide as reclamações nos processos em que atribui a classificação final. Aprova o plano de formação para docentes a quem foi atribuído <i>insuficiente</i> .	Art.º 8º, 12º,23º nº6,b)
<b>Avaliador externo:</b> - Tem escalão igual ou superior ao do avaliado; - Pertence ao mesmo grupo de recrutamento do avaliado; - Ter formação em ADD ou supervisão pedagógica ou experiência em supervisão pedagógica; - Deve integrar uma bolsa de avaliadores externos (Desp. Norm. 24/2012, 26 de fev)	Avalia as dimensões científicas e pedagógicas através de observação de aulas.	Art.º 8º, Art.º 13º Art.º 18º - nº2,3,4
<b>Avaliador interno:</b> - coordenador de departamento (CD); - docente designado pelo CD respeitando os mesmos requisitos do avaliador externo (na impossibilidade de aplicação dos critérios previstos, não há lugar a designação mantendo-se o CD como avaliador)	Avalia as atividades realizadas pelos avaliados através de: -Projeto docente (facultativo); - Relatórios de autoavaliação. -Documentos de registo e avaliação das atividades realizadas pelo avaliado.	Art.º 8º, 14º, 17º
<b>Avaliados</b>		Art.8º

## 4. Principais procedimentos da ADD

(Decreto Regulamentar nº26/2012 de 21 de fevereiro)

<b>Calendarização da avaliação</b>	Secção de ADD do CP em coordenação com os avaliadores.	Art.º 15º
<b>Documentos</b>	Projeto docente (facultativo). Relatório de autoavaliação. Parecer do avaliador. Documentos de registo de participação nas dimensões da avaliação de desempenho docente.	Art.º16º, 17º
<b>Projeto docente</b>  (Facultativo; quando existir, o avaliador tem que dar o seu parecer por escrito ao avaliado).	Enunciado do contributo do docente para as metas e objetivos do Projeto Educativo. Máximo de duas páginas. Anual e em função do serviço distribuído. Substituído pelas metas e objetivos do Projeto Educativo, quando não exista.	Art.17º
<b>Observação de aulas</b>  (por avaliadores externos que registam as suas observações; em 180 min de aulas distribuídos em, pelo menos, 2 momentos diferentes)	Facultativa a menos que o docente esteja: - em período probatório; - no 2º ou no 4º escalão; - em qualquer escalão e deseje obter a classificação de <i>Excelente</i> (requerimento ao diretor até ao final do 1º período do ano anterior); - Tenha obtido a classificação de <i>Insuficiente</i> . - Docente no 5º escalão (aulas observadas no último ano do ciclo avaliativo). Docentes em contrato a termo não há observação de aulas em caso algum.	Art.º 18º
<b>Relatório de autoavaliação</b>  (anual e relativo ao trabalho desse ano, com um máximo de 3 páginas e sem anexos)	Deve versar sobre: - prática letiva; - atividades promovidas; - análise dos resultados obtidos; - contributo para os objetivos e metas do PE; - formação realizada e seus reflexos na melhoria da atividade letiva.	Art.º19º
<b>Resultado da avaliação a atribuir em cada ciclo avaliativo</b>	Expresso numa escala de 1 a 10 valores convertidas em menções qualitativas. <i>Muito Bom</i> e <i>Excelente</i> necessitam de pelo menos 95% de cumprimento da componente letiva.	Art.º 20º
<b>CrITÉrios de desempate</b>	a) Classificação obtida na dimensão científica e pedagógica. b) Classificação obtida na dimensão participação na escola e relação com a comunidade c) Classificação obtida na dimensão de formação contínua e desenvolvimento profissional. d) Graduação profissional. e) Tempo de serviço em exercício de funções públicas	Art.º 22º

### LEGISLAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

Decreto-Lei nº41/2012, de 21 de fevereiro (ECD);

Decreto Regulamentar n.º26/2012, de 21 de fevereiro (Novo regime de avaliação docente); Despacho nº 12567/2012, de 26 de setembro (Percentis);

Despacho nº 12635/2012, de 27 de Setembro (Docentes destacados em cargos, equiparação entre SIADAP e avaliação docente); Despacho nº 13981/2012, de 26 de outubro (Observação de aulas);

Despacho normativo nº 24/2012, de 26 de outubro (Avaliadores externos e observação de aulas)

Portaria Nº 119/2018, de 4 de maio (Define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário do pessoal docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o n.º 3 do artigo

## 5. Avaliadores Internos – 2023/ 2024

Grupo de docência	Avaliador Interno
100 - Pré Escolar	Eugénia Lucas
110 - 1.º Ciclo	Viviana Figueiras
120 - Inglês - 1.º Ciclo	Ana Mercedes Pescada
200 - HGP	Helena Costa
220 - Português/Inglês	Ana Mercedes Pescada
230 – Matemática/CN	Carla Faria
240 - EVT	António Rocha
250 – Ed Musical	António Rocha
290- EMRC	Helena Costa
300 - Português	Ana Mercedes Pescada
330 - Inglês	Ana Mercedes Pescada
350 – Espanhol	Ana Mercedes Pescada
400 – História	Helena Costa
410 - Filosofia	Helena Costa
420 - Geografia	Helena Costa
430 – Economia	Helena Costa
500 - Matemática	Carla Faria
510 – F. Química	Carla Faria
520 – Biologia e Geologia	Carla Faria
540 - Eletrónica	Carla Faria
550 - Informática	Carla Faria
600 - Artes	António Rocha
620 - Educação Física	António Rocha
910 – Educação Especial	António Rocha
997- T. Especializados	Carla Faria – RB Helena Costa – Rececionista de Hotel António Rocha – Ação Educativa

## 6. Relação entre as classificações quantitativa e qualitativa

Decreto Regulamentar n.º 26/2012, Art.º 20 de 21 de fevereiro e Despacho n.º 12567/2012, de 26 de setembro

Classificação quantitativa CQ	Percentil - <i>p</i> -em que se insere a CQ	Existência de aulas observadas	Outras condições	Menção qualitativa
$CQ \geq 9$	$p \geq 95$	Sim	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumpridos 95% da componente letiva.</li> </ul>	<b>Excelente</b>
$CQ \geq 8$	$p \geq 75$	Sim Não	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumpridos 95% da componente letiva.</li> <li>Não obteve <i>excelente</i></li> </ul>	<b>Muito Bom</b>
$CQ \geq 6,5$		Não	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não obteve <i>muito bom</i> nem <i>Excelente</i></li> </ul>	<b>Bom</b>
$5 \leq CQ < 6,5$		Não		<b>Regular</b>
$CQ < 5$		Não		<b>Insuficiente</b>

## 7. Regimes especiais de avaliação do desempenho docente

Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de fevereiro

<b>Docentes no 8º escalão</b> (desde que avaliados com <i>Satisfaz</i> antes do DL n.º 15/2007, de 19 de janeiro e com <i>Bom</i> ao abrigo do presente decreto regulamentar)	<b>Relatório de autoavaliação:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Máximo de 6 páginas e sem anexos;</li> <li>Considerando as dimensões b) <i>participação na escola e relação com a comunidade</i> e c) <i>formação contínua e desenvolvimento pessoal</i>;</li> <li>A classificação final é a <b>média aritmética simples</b> das pontuações obtidas nas dimensões b) <i>participação na escola e relação com a comunidade</i> e c) <i>formação contínua e desenvolvimento pessoal</i>;</li> <li>No final do ano escolar anterior ao do fim do ciclo avaliativo ou quadrienalmente para docentes no 10º escalão (sob pena de não ser contado o tempo de serviço respetivo).</li> <li>O relatório de autoavaliação é avaliado pelo diretor após parecer da secção de avaliação do Conselho Pedagógico.</li> </ul>	Art.º 27º Art.º 28 Art.º 29
<b>Docentes dos 9º e 10º escalões</b>		
<b>Subdiretor</b>		
<b>Adjunto</b>		
<b>Assessor</b>		
<b>Coordenador de departamento/Avaliador interno</b> com competência delegada		
<b>Diretor</b>	Diploma próprio.	
A exercer funções noutros organismos	Regulamentação própria.	

## 8. Efeitos da Avaliação de Desempenho

Art.º 23º do Decreto Regulamentar nº 26/2012 de 21 de fevereiro

Menção de <i>Excelente</i>	Bonificação de um ano na progressão, a usufruir no escalão seguinte.
Menção de <i>Muito Bom</i>	Bonificação de seis meses na progressão, a usufruir no escalão seguinte.
Menção de <i>Excelente</i> ou <i>Muito Bom</i> nos 4º e 6º escalões	Progressão ao escalão seguinte independentemente de haver ou não vagas.
Menção igual ou superior a Bom	<ul style="list-style-type: none"> <li>É contado o tempo de serviço no ciclo avaliativo para efeitos de progressão.</li> <li>No final do período probatório, nomeação provisória é transformada em definitiva em lugar do quadro.</li> </ul>
Menção de Regular	O tempo a que respeita a avaliação só conta para efeitos de progressão na carreira depois de cumprido com sucesso um plano de formação de um ano de duração, proposto pelo avaliador e aprovado pelo CP.
Menção de Insuficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não conta para progressão na carreira o tempo relativo ao ciclo avaliativo.</li> <li>Obrigatório cumprir com sucesso um plano de formação de um ano de duração e com aulas observadas (com peso de 50% na CF), proposto pelo avaliador e aprovado pelo CP.</li> <li>Duas menções consecutivas de Insuficiente conduzem a instauração de processo de averiguações.</li> <li>Duas menções consecutivas de Insuficiente em docentes com contrato a termo impedem a admissão a concurso durante os três anos subsequentes.</li> </ul>

## 9. Reclamação e recurso

Decreto Regulamentar nº 26/2012 de 21 de fevereiro

<b>Reclamação</b> (interposta pelo avaliado)	Da decisão do diretor ou da secção de avaliação do CP	No prazo de 10 dias úteis a partir da data de notificação do docente avaliado e com decisão no prazo máximo de 15 dias úteis tendo em conta os fundamentos apresentados pelo avaliado e pelo avaliador e todos os documentos.	Art.º 24º
<b>Recurso</b> (interposta pelo avaliado para o presidente do Conselho Geral)	Da decisão sobre a reclamação	<ul style="list-style-type: none"> <li>No prazo de 10 dias úteis a partir da data de notificação do avaliado.</li> <li>A proposta de decisão é ponderada por um júri de 3 árbitros, docentes (um dos quais indicado pelo avaliado), e homologada pelo presidente do Conselho Geral.</li> <li>Diretor ou secção de avaliação do CP são notificados pelo presidente do Conselho Geral para contra-alegar no prazo de 10 dias úteis e nomear o seu árbitro.</li> <li>No prazo máximo de 5 dias úteis sobre a apresentação da contra-alegação, o presidente do Conselho Geral (CG) notifica os 2 árbitros para que reúnam e escolham o terceiro árbitro, que presidirá.</li> <li>No prazo de 2 dias úteis após conhecimento de falta de acordo, o presidente do CG designa o terceiro árbitro.</li> <li>No prazo de 10 dias úteis após a reunião dos três árbitros é submetida ao presidente do CG para homologação a proposta de decisão do recurso.</li> <li>A homologação da proposta de decisão tem que decorrer nos 5 dias úteis seguintes.</li> </ul>	Art.º 25º